

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO ÂMBITO ESCOLAR - UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DOM JOAQUIM FERREIRA DE MELLO

WILLIAM MACHADO DA SILVA¹; MARISLEI DA SILVEIRA RIBEIRO²

¹Universidade Federal de Pelotas – williammachad@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – marislei.ribeiro@cead.ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A inserção cultural do negro na sociedade tem ocorrido gradativamente lenta. Este processo remete à época em que foram criadas políticas de enfrentamento da desigualdade social, em especial no âmbito racial, no contexto social brasileiro. Via análise dos direitos coletivos fundamentais expressos pela Constituição Federal de 1988, a educação pode contribuir decisivamente para iniciar uma transformação na realidade da etnia negra. Esta parcela da população, historicamente vive dificuldades consideráveis na luta pela conquista da formação educacional e de espaço digno na sociedade.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar qual é o papel da gestão pública na formação educacional da identidade negra na escola Dom Ferreira de Mello, no âmbito da Lei Federal n. 10.639/2003. Apresentam-se como objetivos específicos: caracterizar a realidade social dos negros na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul; contextualizar a promoção do direito à educação com dignidade por parte da gestão pública, com ênfase no ensino da história e cultura afro-brasileira na educação básica; analisar a implementação da Lei n. 10.639/2003 na Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Joaquim Ferreira de Mello; verificar a opinião a partir de uma amostra intencional dos públicos; e analisar a contribuição da gestão pública na educação a fim de aprimorar a formação dos alunos do ensino básico, promover uma maior conscientização social e reduzir a discriminação racial, estando inseridos na área de conhecimento da Educação.

Destaca-se como fonte bibliográfica o professor e antropólogo Kabengele Munanga, pesquisador das questões de gênero e raciais. Paulo Freire trata da educação, no sentido de que os professores, juntamente com equipe diretiva da escola, têm o papel de assumir-se como ser social capaz de transformar, comunicar, criar e também ouvir os alunos que educam (FREIRE, 2000, p. 41). Petrolina Silva e a professora, pesquisadora e atual Reitora da Universidade Palmares, Nilma Lino Gomes questionam:

[...] como formar profissionais que compreendam a educação escolar como um direito social e que ao mesmo tempo sejam habilitados ao trato pedagógico da diversidade de cultura, de valores, de prática, de aprendizagem, de gênero, de raça, de idade constituintes da nossa formação social? [...] (GOMES; SILVA, 2011).

Justifica-se o trabalho pela multiplicidade de grupos culturais que coexistem na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, fato que reflete a grande diversidade étnica e cultural caracterizadora do país. Sendo assim, é importante identificar os principais atores sociais que contribuíram e contribuem para

formação e consolidação da etnia afro-brasileira nesta cidade. Considera-se que os elementos educacionais apresentam intrínseca relação com a revalorização da memória negra e o novo papel do gestor público escolar.

Ademais, a educação é um dos meios de afirmação individual na sociedade e, através da referida Lei, aliada aos princípios constitucionais consagrados pela Constituição Federal de 1988, desempenha função basilar para o aprimoramento da formação dos cidadãos brasileiros. Assim, o trabalho procura expor a relevância social da questão e justificar o projeto de pesquisa como uma forma de entender melhor como ocorre o fenômeno abordado.

2. METODOLOGIA

De maneira sistemática, este estudo utilizou a metodologia de Estudo de Caso, enquanto estratégia de pesquisa. Esse método pode ser aplicado em muitas situações, a fim de melhor entender os fenômenos sociais, culturais e políticos, além de ser aplicado para na pesquisa em administração pública, sociologia, psicologia comunitária, ciências sociais, estudos organizacionais e educacionais (YIN, 2001).

Como técnica de pesquisa, aplicou-se a realização de entrevistas por meio de pautas, devido ao grau de complexidade e relevância do assunto. Esta forma de entrevista é recomendada quando há aspectos delicados acerca da temática e propicia que o entrevistado fique mais à vontade para explanar com fidedignidade o que está sendo proposto. O entrevistador utiliza-se da pauta previamente estruturada, dando mais liberdade às respostas e fazendo intervenções quando necessário para manter-se dentro do tema em questão. Destaca-se o fato de que, durante a coleta de dados, foi selecionada uma amostra intencional, não representativa, em virtude da complexidade da matéria e de alguns entrevistados ainda estarem em formação escolar (GIL, 2009, p. 112).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da pesquisa observou-se que através das práticas realizadas na escola é possível transformar a realidade em que se vive. No entanto, para que isso aconteça é necessária a aplicação das novas práticas pedagógicas da educação aliadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Uma concepção que deve ser modificada é a de ser a escola uma mera reprodutora de conteúdos preestabelecidos, pois não o é, devendo, na verdade, promover modificações no contexto social, valendo-se de cada momento de estudo para conscientizar e realizar mudanças positivas na vida de seus alunos. A partir deste ponto é possível chegar aos objetivos maiores.

Pode-se concluir, conforme entrevistas realizadas e pesquisa feita dentro da Escola de Ensino Fundamental Dom Joaquim Ferreira de Mello, que a equipe diretiva, professores e alunos conseguem construir uma interação social e trabalham para modificar a marca equivocadamente orientada para a cor da pele, cicatriz que ainda permanece nos alunos negros pelo preconceito.

No entanto, para que a mudança viesse a ser realizada dentro da Escola foi necessário utilizar práticas pedagógicas disponibilizadas pelo Poder Público (na legislação), especialmente com o auxílio da Lei nº 10.639/2003, criando um

ambiente acolhedor para os alunos e propício ao ataque de qualquer forma de preconceito, visando uma formação crítica quanto à história afro-brasileira.

Assim, neste trabalho, entende-se que na Escola estudada a Lei está produzindo seus efeitos, jurídicos e sociais, salientando-se que a amostra utilizada nesta pesquisa não é representativa, mas sim intencional. Não simboliza todas as escolas, não é o espelho – o que se lamenta – dos colégios brasileiros. Contudo, naquela Escola os fenômenos positivos tendem a acontecer e se tornam realidade, o que faz crer que seria possível multiplicar o processo para todas as demais.

Indica-se que é possível efetivar os objetivos constitucionais e legais da temática nesta escola. Logo, muito provavelmente poderá ocorrer o mesmo resultado em tantas outras, especialmente naquelas em que, mesmo uma década após a edição da Lei nº 10.639/2003, não se introduziram reflexiva e criticamente o ensino da verdadeira história afro-brasileira aos alunos.

4. CONCLUSÕES

O presente trabalho teve por objetivo mostrar como os gestores públicos podem ser facilitadores na implementação de uma lei, sendo analisada a prática de uma escola com base na Lei 10.639/2003. Necessita-se que as etnias menos favorecidas possam se perceber como cidadãos de direitos e obrigações, desconstruindo um caráter de negação e mostrando um sentido de igualdade através da justiça.

Conclui-se que a efetividade dos direitos fundamentais constitui-se em um processo progressivo. Nesse aspecto, salienta-se a importância do planejamento do gestor público no que concerne à implementação de políticas públicas efetivas quanto à aplicação da lei na comunidade escolar.

Assim, para que a educação para a inclusão deixe de ser mera promessa esculpida na Constituição, imperiosas são a solidariedade e a responsabilidade por parte de todos, tanto do poder público quanto da comunidade. Como foi manifestado no trabalho em debate, a gestão pública na educação deve gerir com eficiência os recursos públicos para implementação efetiva da Lei n. 10.639/2003. Podemos perceber na Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Joaquim Ferreira de Mello, que através de gestores públicos competentes e que fazem a real aplicação da legislação, é possível tentar transformar o ambiente público em um verdadeiro centro de aprendizagem e educação, com notória conscientização e redução de preconceitos raciais, integrando cada vez mais alunos de várias etnias.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação** (orgs. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani). 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acessado em 29 jan. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Educação e atualidade brasileira**. Escola de

Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959. Acessado em 05 mar. 2013.
Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos y técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 109-135.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves (orgs.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MUNANGA; Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.